

A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão

(The fraternal function and the vicissitudes of being and having a sibling)

Rebeca Goldsmid^{*}

Terezinha Féres-Carneiro^{**}

Resumo

Apesar da importância do irmão na constituição do sujeito, somente por volta do ano 2000, os autores contemporâneos passaram a mostrar um interesse maior pelo estudo da relação fraterna. Grande parte desses estudos se dedica mais à competição e à rivalidade entre os irmãos do que à boa convivência e à solidariedade. Em nossa revisão teórica, realizada na abordagem psicanalítica, iniciamos pelos clássicos – Freud, Klein e Adler – e prosseguimos com os autores contemporâneos, fazendo um estudo sobre a dinâmica da relação fraterna, focalizando seus aspectos de competição e de rivalidade bem como os de solidariedade e de companheirismo. Constatamos, assim, a importância da fratria na construção da subjetividade dos irmãos.

Palavras-chave: Irmão; Função fraterna; Fratria.

O nascimento do segundo filho inaugura a fratria e dá origem ao conflito intrageracional. Não escolhemos nossos irmãos, eles nos são impostos por nossos pais, mas com eles compartilhamos a nossa história de vida, nossas experiências, vivências e lembranças por mais tempo do que provavelmente com qualquer outra pessoa. Ser e ter um(a) irmão(ã) vai-se constituir numa das três contingências vitalícias, pois assim como não há ex-pais nem ex-filhos, não existem ex-irmãos.

Em *Totem e tabu*, Freud (1913) cria um mito da origem da civilização: a passagem da horda primitiva, indiferenciada, regida por um pai tirânico, mas protetor, com poderes absolutos de vida e morte sobre seus membros e possuidor

^{*} Texto recebido em setembro/2007 e aprovado para publicação em dezembro/2007.

^{*} Psicanalista da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, e-mail: rebeca.goldsmid@gmail.com

^{**} Professora Titular do Departamento de Psicologia da PUC Rio, e-mail: teferca@puc-rio.br

de todas as fêmeas, para o clã totêmico e finalmente para o pacto fraterno. Em certa ocasião, os filhos se reúnem, matam o pai e, em seguida, ingerem seu corpo numa refeição coletiva. Decorrido um lapso de tempo de disputas, os irmãos percebem que, após o assassinato do pai, nenhum deles poderia ocupar o lugar do tirano, pois despertaria, nos demais, a mesma inveja e o mesmo ciúme que o pai havia despertado neles. Culpados pela morte do pai, os irmãos se organizam em fratrias e instituem o tabu do incesto. Instauram a exogamia, garantindo assim a força e a coesão interna do grupo. Os investimentos narcísicos que eram dirigidos à figura do pai se deslocam para a figura do irmão e para os valores da cultura. O destaque é dado para o conflito edípico com a proibição do parricídio, do incesto e o posterior laço social. A marca do grupo fraternal vai ser um acordo, um pacto que suporta a falta e tolera a diferença, apesar de continuamente ameaçado pela competição, hostilidade e rivalidade fraternas. Temos o início do processo civilizatório, em que, posteriormente, o pacto social representado pela família ocupará o lugar das fratrias.

Ao privilegiar o complexo edípico como nuclear na função estruturante da personalidade e do desejo, a Psicanálise eclipsa o valor específico do complexo fraterno. Este é considerado ora como o deslocamento do complexo de Édipo sobre as relações de irmãos e irmãs, ora como uma defesa para evitar o complexo edípico, ou ainda como uma pré-elaboração do complexo de Édipo.

Considerando os relatos da *Torah*, do Antigo Testamento, como sendo a transcrição da transmissão oral de mitos e lendas de uma fratria (no sentido de grupo de clãs que apresentam características similares), aí encontramos os grandes temas da fantasmática inconsciente, a saber, o incesto e o fratricídio, este como resultado da rivalidade exacerbada entre irmãos. Desses relatos, deduzimos que a história da rivalidade entre irmãos, levada ao extremo e transmitida como algo inevitável, se faz presente “desde que o mundo é mundo”.

A partir aproximadamente do ano 2000, a função fraterna passou a ser estudada por vários autores da contemporaneidade. Benghozi e Féres-Carneiro (2001) consideram a fratria uma entidade psíquica grupal, sincrônica, com um aparelho psíquico específico, diferente da soma dos psiquismos individuais dos irmãos e das irmãs, e que constitui o continente grupal de fratria. Diferenciam laço fraterno de relação fraterna. O laço fraterno vai ser definido pelo partilhar do mesmo laço de filiação, ou seja, ser irmão e irmã em uma mesma família; entretanto, ele não define a relação fraterna, que poderá ser próxima ou distante, fria ou calorosa, amistosa ou conflituosa.

O vínculo fraterno seria uma construção psíquica comum aos membros de uma fratria, que lhes permite distinguir-se como subgrupo dentro do grupo

familiar. Com a chegada do irmão, a criança é obrigada a renunciar a considerar-se o objeto exclusivo e privilegiado da figura materna, o que facilita a diferenciação do real e do imaginário, e assegura a mediação e o intercâmbio entre a realidade psíquica e a realidade grupal em seus componentes familiares, sociais e culturais. Se o irmão assegura a mediação e o intercâmbio acima citados, podemos falar do vínculo fraterno como constitutivo do aparelho psíquico (Jaitin, 2001).

À nossa experiência clínica aliou-se a observação do entorno social. Nas duas situações, foi possível verificar o rompimento de relação entre irmãos se repetindo por duas, três e até quatro gerações. Nesses casos, deparamo-nos muitas vezes com primos distantes, filhos desses irmãos, que mal se conhecem e pouco se encontram. Ainda na mesma situação de irmãos (pais e tios) que não se falam, podemos encontrar primos com bom relacionamento entre si, como se não tivessem nada a ver com a briga dos respectivos pais.

Por outro lado, também tivemos oportunidade de observar, tanto no consultório como na vida social, famílias em que os irmãos são solidários, companheiros, cúmplices, mantendo uma relação de grande proximidade afetiva, relação essa que se estende à família mais ampla quando crescem, isto é, o intercâmbio afetivo amoroso entre tios e sobrinhos vai se refletir na amizade entre os primos.

Neste trabalho, propomo-nos a fazer uma pesquisa teórica, na abordagem psicanalítica, visando a ampliar a compreensão da relação fraterna. Utilizaremos tanto os conceitos de autores clássicos como Freud, Klein e Adler como nos debruçaremos sobre os autores da contemporaneidade. Quando utilizarmos o termo irmão, estaremos nos referindo a qualquer dos gêneros.

A chegada do irmão: a formação da fratria

A chegada do irmão é a chegada do “estrangeiro”, daquele que, com sua presença, perturba o equilíbrio constituído. Com ele é introduzida a noção de mudança, a de paridade. Klein (1981) traz uma contribuição interessante para o estudo da relação fraterna: a noção de justiça, de lei. A partir do nascimento do segundo filho, terão início partilhas, negociações, julgamentos. O filho mais velho necessitará reorganizar seu espaço e sua maneira de pensar levando em conta a existência do mais novo. A fratria desloca o primogênito do lugar único e privilegiado que este, até então, ocupava na relação com seus pais.

Ao colocar o filho mais velho na situação de ‘apenas mais um, um entre outros’, a fratria possibilita sua introdução na rede de relações sociais: “Cada um de nós nutre a fantasia de ser alguém único, de ser o único a contar para os

outros e no mundo. Abandonar essa idéia é difícil, mas necessário para viver entre os outros, com toda a sua vulnerabilidade” (Ruffo, 2003, p. 46).

Os irmãos vão formar um subgrupo dentro da família, também chamado de subsistema fraterno, ampliando o complexo edípico, transformando-o em complexo familiar. O relacionamento fraterno vai contribuir significativamente tanto para a harmonia quanto para a desarmonia familiar, e esse conjunto de vivências funcionará como um laboratório para as relações sociais experimentadas fora da família. Essa relação é formada e fortalecida durante a infância, apresenta o ápice dos conflitos e das transformações na adolescência e geralmente se reequilibra na idade adulta e na velhice, apresentando uma nova forma de manutenção da relação.

Vários fatores, tais como gênero, diferença de idade, intervenções parentais e temperamento infantil, intervêm na relação para facilitá-la ou dificultá-la. Temperamento é aqui definido como o estilo ou padrão de comportamento individual que o sujeito utiliza ao relacionar-se com os outros e com o meio ambiente.

Se o irmão surge precocemente, durante o desmame, por exemplo, pode suscitar impulso de destruição imaginária ou regressão ao objeto anterior, materno. O nascimento de um irmão no período pré-edípico vai levantar as questões sobre sexualidade e mobilizar a investigação que precipitará sua entrada no Édipo: a descoberta da diferença sexual na infância, a origem dos bebês, a cena primária e a angústia de castração.

Os irmãos vão se prestar, muitas vezes, uns aos outros a brincadeiras e especulações sexuais, mesmo que o papel do irmão como objeto de primeira experiência incestuosa seja apenas o resultado do deslocamento do investimento libidinal sobre as figuras parentais. Essas brincadeiras e especulações favorecerão o início de uma série de novos campos de circulação libidinal que poderão projetar o sujeito para fora do triângulo edípico. Ter um irmão de sexo diferente pode ser vantajoso para o desenvolvimento da própria sexualidade, pois permitirá a descoberta da diferença sexual de uma forma mais natural. O novo habitante da casa poderá ainda promover a reedição na adolescência do conflito edípico mal recalçado.

Ao nascer tardiamente, o bebê pode ser “adotado”, mobilizando no filho mais velho identificações parentais com conseqüentes sentimentos de ternura e proteção. Se, entretanto, a diferença de idade é muito grande a ponto de chegar a ser a de uma geração, faltará o essencial para a consolidação do sentimento de irmandade, ou seja, a história de vida comum, os acontecimentos íntimos, os momentos vividos juntos e compartilhados, principalmente na infância, para formar os vínculos da fratria.

Os filhos reavivam as boas e as más lembranças dos pais. Cada um dos pais tem as suas lembranças, de conteúdos diversos e que são ignoradas, ou não, pelo cônjuge. O casal parental tem as suas próprias vivências enquanto membros de uma fratria e, assim, cria expectativas não só em relação ao novo filho, mas também ao modo como a relação entre ele e o mais velho vai se desenvolver. Os pais projetam, então, nos filhos os fantasmas da sua relação com seus próprios irmãos na infância, ou as fantasias que faziam a respeito de um irmão imaginário, caso tenham sido filhos únicos. A futura mãe, ao saber que espera uma menina, pode desejar ou temer que ela se pareça com sua irmã; o futuro pai, em caso de filho único, pode projetar no filho as histórias que possa ter construído a respeito de um irmão imaginário (Ruffo, 2003).

Jaitin (2001) levanta a hipótese de que assim como a mãe é o primeiro objeto intermediário entre a criança e o mundo (entre o eu e o não-eu), os irmãos, enquanto sujeitos reais, representam os primeiros brinquedos, os primeiros instrumentos de apropriação ou de utilização da realidade. O vínculo fraterno é o primeiro objeto lúdico, seja porque se constitui como apoio ou dificuldade para o conhecimento sobre a origem, seja porque se torna o suporte do obstáculo epistemológico que impede o pensar sobre si e sobre a realidade cultural.

A relação entre os irmãos na primeira infância vai ser marcada pela disputa do amor e da atenção dos pais, assim como pelo desenvolvimento da própria personalidade, através da diferenciação com os irmãos (Carter & McGoldrick, 2001). Na latência, entre sete e quatorze anos, encontramos os “clubes do bolinha e da luluzinha”, nos quais quem for do outro sexo “não entra”. A distância entre irmão e irmã será grande, cada um evoluindo em seu próprio mundo.

A entrada na adolescência é, por si só, uma fase complexa e “tormentosa”. O adolescente perde a sua identidade infantil com suas inerentes vantagens, sem ter ainda conseguido o poder que o estado de adulto confere. A presença de irmãos mais novos, ainda crianças, pode intensificar seus tormentos. O adolescente, ao mesmo tempo em que luta para deixar de ser criança, ainda anseia pelos carinhos, proteção e vantagens dessa situação. O recrudescimento da situação edípica, quando ele precisa se afastar de pai e mãe, uma vez que agora o Édipo pode ser consumado, dificulta a relação com um irmão menor, que pode estar com preocupações semelhantes, sem que precise “fugir” dos pais, e podendo ainda gozar de sua proximidade e carinhos.

Quando a fratria é composta por irmãos adolescentes, o motivo principal da discórdia é a demarcação de seu território (quarto inviolável) e o uso de objetos pessoais, sem autorização, danificados, ou não restituídos. Ocorrem,

entretanto, instantes privilegiados em que reinam relações cúmplices e calorosas. Os irmãos compartilham interesses e ambições, podendo ser companheiros e ter um bom entendimento. A solidariedade entre os irmãos pode ser de tal ordem que os pais se sintam diante de um “sindicato dos filhos”, pois estes se protegem uns aos outros, defendendo a causa do irmão, numa atitude corporativa. A relação entre irmão e irmã pode ser ainda de maior cumplicidade e proximidade do que a que se dá entre adolescentes do mesmo sexo. A adolescência pode ser considerada uma “segunda chance” de nos tornarmos “irmão do irmão” (Ruffo, 2003).

Na idade adulta, ocorre geralmente um distanciamento entre os irmãos. Cada um segue seu caminho, iniciando carreiras profissionais, fundando seu próprio núcleo familiar. Seus investimentos emocionais estão mais concentrados na construção de sua vida pessoal. Em decorrência de estudo, trabalho ou casamento, os irmãos podem até vir a pertencer a classes sociais diferentes. Pensamos, entretanto, que o distanciamento entre irmãos adultos poderá ser maior ou menor em função da dinâmica familiar do passado.

A posição na fratria

Adler (1957) defende a tese de que para julgar um ser humano é preciso conhecer a situação em que ele se desenvolveu e, em especial, a posição que ocupava, quando criança, no quadro da família. O filho mais velho apresentaria caracteres bem definidos e a história mostra a situação do primogênito como lhe sendo muito favorável. Em todos os povos, no decorrer da história da humanidade, as famílias têm considerado o primogênito com uma deferência especial em relação aos outros filhos. Os registros históricos das diversas culturas através dos tempos evidenciam o culto à personalidade do primogênito, ou seja, da importância do lugar da progeneritura.

Muitas culturas orientais, durante séculos, mantiveram o modelo de total privilégio para o primogênito ou para o primeiro filho do sexo masculino. Ainda hoje, encontramos resquícios desse sistema familiar. Recentemente, tivemos oportunidade de observar a expectativa com que a família imperial japonesa aguardava o nascimento de um neto varão, porque mesmo não sendo o neto mais velho, ele seria a garantia de permanência da casa imperial, a não ser que a Constituição fosse alterada, de modo a permitir o reinado feminino.

Segundo Britto (2002), o primogênito é geralmente mais ligado aos pais que os outros filhos. Apesar de não se sentir tão especial, possui o sentimento de ser mais importante que os demais, em uma posição hierarquicamente superior e com mais responsabilidade. Ele se percebe como “plano-piloto” da

família, como modelo para os irmãos, que imitarão suas idéias, vontades e comportamentos. Ele é o herdeiro da liderança da família.

Para Adler (1957), o segundo filho vive em estado de tensão nervosa, lutando pela superioridade, tentando ultrapassar o mais velho. E poderá colocar sua meta a tal altura, que o faça sofrer a vida inteira. O autor compara essa situação com a lenda bíblica de Esaú e Jacó, em que a luta entre os irmãos prossegue sem tréguas, não tanto pelo poder, mas pela aparência do poder; segundo ele, a luta continua até ser atingido o alvo – a derrota do primogênito – ou até o segundo filho ser vencido e ter de começar a retirada, o que muitas vezes se manifesta sob a forma de “doenças nervosas”.

Adler (1957) chama também a atenção para a situação do filho mais novo, que ele considera como um tipo especial, privilegiado. O fato de necessitar de mais amparo que os irmãos maiores por ser o mais novo e, geralmente, o menor de todos traria conseqüências: enquanto alguns poderiam se sentir estimulados a provar que são capazes de fazer tudo, em função da competição com os irmãos, e se transformam em pessoas animadas a superar os demais, outros, não conseguindo sobrepujar os mais velhos, tornar-se-iam medrosos e se esquivariam de seus deveres. Em suas investigações, o autor constatou que o caçula apresenta um senso de inferioridade, mas ressalta que o importante é a interpretação que ele faz de sua situação, e não se é organicamente inferior ou não.

Britto (2002) apresenta o caçula como o filhinho pequenininho da casa, mesmo já sendo adulto. Para ele, o filho mais novo tem a capacidade de perpetuar nos pais a imagem de frágil, dependente e carente de cuidado e proteção, como se fosse um bebê, mesmo que a diferença de idade entre ele e os irmãos seja pequena. A autora explica o que chama de “miopia psicológica” dos pais: os filhos mais velhos são como pioneiros inauguradores das diversas experiências pelas quais a família passa ao longo do seu processo normal de desenvolvimento. Aos poucos vão crescendo, ganhando autonomia, assumindo a própria vida, quando pais e filhos precisam aprender a vivenciar o desapego. A infantilização do caçula pode representar uma necessidade por parte dos pais de reterem o filho e, assim, não perderem suas funções de cuidar e proteger. Com essa atitude, além de o impedirem de crescer, podem estar evitando e/ou adiando sua saída de casa para o mundo.

Pensamos que a posição que um filho ocupa na fratria não deve ser considerada em seu valor absoluto como responsável por seu desenvolvimento. Outros fatores intervirão: as expectativas dos pais em relação a ele, a forma como decodificará os mandatos paterno/materno, o modo como receberá e transformará a herança psíquica transmitida por seus pais. Além disso, outras

pessoas serão importantes em seu processo identificatório, tais como avós, tios e outros, pessoas essas que poderão estar presentes para um filho e não para outros. Concordamos, porém, com a posição ímpar detida pelo primeiro filho, ou seja, de que com ele o casal parental aprenderá a ser pai/mãe, facilitando assim o caminho para o irmão que lhe segue e assim, sucessivamente.

A disputa, o ciúme, a inveja e a rivalidade

Os irmãos convivem intimamente por um período razoavelmente longo e possuem uma necessidade e um desejo comuns, a saber, o amor preferencial dos pais. Essa condição transforma-os em um grupo com grande potencial na criação de desafetos, podendo vir a transformá-los até mesmo em adversários. A dinâmica familiar poderá levar os irmãos a uma competição saudável e equilibrada na busca de satisfazer sua necessidade emocional ou, ao contrário, promover animosidade e a criação de inimigos.

As disputas fraternais são comuns à maioria das famílias, apesar das diferenças de valores, estilo ou filosofia de vida de cada uma delas. Essas disputas, características de todo grupo fraternal, têm um caráter mais lúdico do que agressivo. A finalidade é conquistar e preservar um espaço dentro do grupo, garantir uma individualidade, buscar o atendimento satisfatório de interesses e necessidades e ocasionalmente desfrutar das vantagens do poder.

Além de saudáveis, as disputas são importantes, pois ensinam a administrar os sentimentos relativos a perdas e ganhos, apontam limitações e modos de tentar superá-las, mostram as questões em que têm maior facilidade e a forma de valorizá-las, promovem alianças, ensinam a dividir, compartilhar, solidarizar-se e a postergar (Britto, 2002).

O irmão e a irmã desempenham, portanto, um importante papel na constituição do sujeito, maior do que a disputa pelo amor materno/paterno pode sugerir. O ciúme tem importância na construção da personalidade na medida em que o outro permite, a cada um dos irmãos, definir-se melhor, através da percepção do jogo das semelhanças e diferenças entre si.

Cada novo membro que chega à fratria reaviva as rivalidades e modifica a distribuição dos papéis. A chegada do terceiro filho desloca o caçula de seu lugar, ao mesmo tempo em que faz o mais velho reviver o deslocamento sofrido por ocasião do nascimento do segundo, pois seus pais vão estar menos disponíveis para ele. Os sentimentos de ciúme não poupam nenhum dos irmãos da fratria. Enquanto o mais velho lamenta a atenção dispensada ao menor, o caçula pode ter ciúmes das relações do mais velho, anteriores ao seu nascimento, das prerrogativas e conquistas de que ele usufruiu devido à idade e, filho do

meio, por sua vez, pode questionar o fato de haver sempre um que manda e um que é mimado. A fratria é o lugar da competição: enquanto os menores querem igualar e superar os mais velhos, estes querem conservar sua superioridade.

Segundo Klein (1974), a inveja designa um sentimento primário e inconsciente de avidez em relação a um objeto que se quer destruir ou danificar; aparece desde o nascimento e é inicialmente dirigida contra o seio da mãe. Podemos pensar que tanto os componentes destrutivos da inveja primária do peito quanto a ambivalência em relação à mãe boa/má teriam sido deslocados para o irmão/rival, como forma de proteger a mãe e preservá-la para si. O conflito com a figura materna estaria colocado na relação fraterna, fora da elaboração edípica. Os ciúmes que acompanham a situação edípica podem se converter em um meio para elaborá-la; ao aparecer o sentimento de ciúmes, a hostilidade se dispersa do objeto original (mãe) para os rivais (pai ou irmãos), introduzindo um efeito de dispersão. A elaboração da inveja através dos ciúmes poderá, por sua vez, se constituir em uma defesa eficaz contra a inveja. Os ciúmes poderão ser mais bem aceitos e não produzir tanta culpa quanto a inveja primária que destruiria o primeiro objeto bom. Ao se desenvolverem, essas relações, por sua vez, darão origem a sentimentos de amor e se transformarão em uma nova fonte de gratificação (Klein, 1970; Roudinesco & Plon, 1998).

As disputas diárias entre os irmãos nada têm a ver, entretanto, com a rivalidade que possa surgir entre eles. Na rivalidade fraterna, as brigas transformam-se em batalhas, possuem um objetivo diverso e são consideradas disputas patológicas. Quando os elementos inveja, ciúme e competição se estabelecem como um padrão fixo de relacionamento do grupo, podem se transformar em poderosos instrumentos mobilizadores de uma guerra interminável, a rivalidade fraterna (Britto, 2002). A *Bíblia* (1962), enquanto transcrição de mitos e lendas, transmitidos oralmente através das gerações, nos fornece uma série de relatos ilustrativos a respeito. O mais famoso dentre eles é o que nos conta a história de Caim e Abel (Gen. 4, 1-16). Através desse relato, ficamos sabendo que o primeiro homicídio ocorrido na Terra se deu entre dois irmãos, causado pela inveja, pelo ciúme e pela competição.

Kehl (2000) atribui a permanência da rivalidade fraterna acirrada, até a idade adulta, aos pais e educadores, que, conscientemente ou não, empregam táticas de “dividir para reinar”, incentivando a fantasia infantil de que só há lugar para um no amor parental. Esta poderia ser também a fantasia inconsciente de um dos pais ou de ambos, e não apenas uma tática para o exercício do poder. Essa falta de diversidade no ambiente familiar pode acarretar

conseqüências funestas tanto para o vencedor da disputa como para os supostos perdedores.

Lembre-mos da formação da fraternidade, segundo Freud (1913). A inveja e o ciúme, sentimentos nunca de todo eliminados, fizeram parte da base afetiva sobre a qual se construiu e se manteve a renúncia coletiva ao lugar de pleno poder, antes ocupado pelo pai. A necessidade de controlar a rivalidade fraterna permitiu o nascimento e permite o renascimento do senso e da exigência de justiça.

A cumplicidade, o companheirismo e a solidariedade

O fato de, ao se considerar as relações entre irmãos, haver uma tendência a enfatizar mais a relação de inveja, ciúme e rivalidade, em detrimento de um possível bom relacionamento, faz com que não se dê a devida importância ao papel que a fratria, através da função fraterna, desempenha na estruturação familiar.

Losso (2001) define a função fraterna como sendo de ajuda recíproca, de colaboração, de assistência em um nível de igualdade, de defesa dos direitos das gerações e de provisão de modelos de identificação entre os irmãos, que, por pertencerem à mesma geração, funcionam como modelos de identificação diferentes dos pais. A relação entre os irmãos dá-se em um contexto em que, através do jogo, torna-se possível elaborar a angústia e desenvolver a criatividade. Além do ensinar e aprender recíprocos, permite também a descarga moderada de agressividade. A possibilidade de exercer essas funções, com o conseqüente desenvolvimento de representações vinculares conscientes e inconscientes, implica em facilitar o estabelecimento de relações “suficientemente boas” com os pares na vida adulta. Para que os irmãos possam construir um vínculo “suficientemente bom”, é preciso haver uma complementaridade em seus papéis, além da relação de intimidade e certa coincidência em seus valores pessoais.

A relação entre os irmãos é inúmeras vezes fonte de aprendizagem para os pais. O vínculo entre os irmãos pode desempenhar um papel importante como sustentáculo do equilíbrio familiar em situações de crise, tais como separação dos pais, doença, morte de um dos pais, de ambos, ou de outros. Essas vicissitudes na vida familiar não necessariamente acarretarão a instalação de uma patologia, na medida em que se encontre um “continente” para elas, “continente” esse que pode vir a ser o vínculo fraterno. Os irmãos, enquanto suportes familiares, podem também se encarregar do cuidado dos pais, quando estes, em sua velhice, dele necessitarem.

As experiências compartilhadas com os irmãos vão produzir as identificações horizontais, secundárias às identificações verticais representadas pelos ideais das figuras parentais, mas essenciais pela possibilidade de modelos diversificados dos destinos pulsionais necessários para a vida. Se não excluem a identificação vertical, relativa às figuras parentais, suplementam a função paterna. A circulação horizontal atualiza e modifica a linguagem para expressar as demandas emergentes, que a sanção paterna não permite satisfazer. Na circulação horizontal, ainda, vão ser produzidas ou confessadas as transgressões praticadas, não necessariamente contra a lei, mas sim contra as interdições arbitrárias perpetradas pelas autoridades disciplinares.

Estamos designando como circulação horizontal o tipo de vínculo social em que a transmissão de saber e de experiência se dá preferencialmente entre semelhantes, no caso em questão, entre os irmãos (Kehl, 2000). Em relação às identificações verticais, algumas vão representar o projeto materno, enquanto outras, o paterno, além de que cada filho será marcado pela árvore genealógica de uma forma diferente, pois cada um receberá de forma pessoal o que lhe foi transmitido.

O vínculo fraterno, por situar-se na mesma geração, é próximo, igual e simétrico ou dissimétrico (devido à diferença sexual), ao invés de assimétrico, como o vínculo paterno-filial. Essa simetria ou dissimetria permite uma maior liberdade de seus membros, facilitando suas relações. A dominação de um irmão sobre o outro, se houver, é negociável e pode se inverter. Ela não é pressuposta, não define o vínculo, ao contrário do que ocorre na relação pai-filho. Caso um dos irmãos se considere o mais “forte”, poderá estar contando com o apoio de um dos pais (Eiguer, 2001).

Entre irmãos, a transmissão ocorre por escolha, uma vez que o que os filhos dificilmente aceitam de seus pais – o peso da lei, por exemplo – podem aceitar de seus pares, irmãos, primos e amigos. Em companhia uns dos outros, os irmãos vão poder aprender as coisas da vida e do mundo, adquirir elementos de linguagem, escutar histórias familiares, elaborar a angústia, desenvolver a criatividade através de jogos e brincadeiras, explorar domínios desconhecidos, entre os quais a sexualidade. A utilização do lúdico em sua interação facilita a transmissão, a herança, e atenua o efeito da coação (Eiguer, 2001).

Moguillansky e Vorchheimer (2001) outorgam ao vínculo fraterno um lugar central como modelo dos sentimentos de pertencer, o que vai se refletir nas relações sociais entre pares, pois nos definimos como irmãos enquanto cidadãos do mesmo país, membros da mesma instituição. A raiz narcisista do sentimento de pertencer, vivenciado como ser parte de uma fratria, aparece na sabedoria popular do seguinte modo: se pertencemos ao mesmo, somos o mesmo, temos

os mesmos interesses, desejamos o mesmo, temos idéias semelhantes sobre o que constitui o bem comum.

A experiência nos mostra o poderoso laço afetivo de pertencer a um mesmo grupo, em que as diferenças de idade e de sexo são atenuadas pela referência comum a um ideal de fraternidade que exclui a rivalidade, o ódio, o incesto, evita o Édipo e a castração. É preciso ter em conta, entretanto, que a manutenção rígida de um ideal igualitário entre os irmãos poderá atuar como formação reativa e, diante de qualquer desigualdade, desencadear uma luta fratricida, destruidora do grupo e de seus elementos, a menos que um elemento de fora, um “bode expiatório”, atraia para si o desvio da hostilidade. O caráter narcisista e a intensa ambivalência dos vínculos fraternos, portanto, fazem com que a união fraterna levada ao extremo, isto é, fidelidade absoluta aos objetos e leis do espaço familiar, possa adquirir valor tanático e endogâmico, o que explicaria a necessidade de sair e formar novos grupos sociais onde, entretanto, a rivalidade evitada no espaço familiar reaparecerá (Brusset, 1987).

A adolescência é, por si só, o período das grandes formações fraternas, seja por laços de sangue, seja por laços de amizade. O grupo vai funcionar como aval das identificações, uma vez que o sujeito, ao sair da infância, ainda não se sente seguro delas. Os irmãos vão poder, até mesmo, produzir uma contracultura com seus signos distintivos e valores próprios, vedada à compreensão dos adultos, com seus pactos secretos, mas menos oposta a eles do que possa parecer. A fratria estabelece laços de cumplicidade que permitem, em muitos casos, “enganar o pai”. Os irmãos, unidos na conspiração, se permitem desafiar a proibição da autoridade, numa iniciativa de liberdade legitimada pelo grupo, possibilitando o enfraquecimento do poder de verdade absoluto que a palavra paterna tem na infância. Se os pais, temendo uma rebelião e a conseqüente transgressão, tornam-se muito severos, tentando impedir a união entre os irmãos, acabam por desqualificar-se a si mesmos, tendo em vista o estilo de amor e de entendimento que pregavam. Lembremos, porém, como justificativa para a reação paterna, nesses casos, que a rebelião da horda e sua união em torno do assassinato do pai fazem parte de nosso modelo mítico (Eiguer, 2001; Kehl, 2000).

A função fraterna não é exclusiva dos irmãos. Um pai, por exemplo, pode estar exercendo a função fraterna com seu filho ao jogarem uma partida de xadrez, uma vez que ambos estarão em situação de paridade nesse momento. Do mesmo modo, primos e amigos podem estabelecer modelos intersubjetivos com características de vínculo fraterno, exercendo uma função fraterna. Essas situações assumem uma importância maior no caso de filhos únicos.

Os modelos vinculares decorrentes da relação fraterna, tais como ambivalência, rivalidade, sentimentos amorosos, necessidade de reparar, impulso de domínio, sujeição ao irmão e outros, tendem a se repetir ao longo da vida nos vínculos com outros pares. Em geral, os irmãos têm um conhecimento recíproco, consciente, e também em grande parte inconsciente, do funcionamento psíquico uns dos outros, por terem vivenciado juntos sentimentos e conflitos, ao longo do tempo na intimidade da vida familiar. Em cada irmão, perdurará uma “memória” desses acontecimentos familiares. Mesmo que, ao crescer, cada um dos irmãos siga um caminho diferente, a experiência da intimidade compartilhada deixará sua “marca” no inconsciente de cada um deles. O conhecimento da intimidade do outro irmão continuará sendo um legado e um ponto de referência para a própria identidade.

O vínculo fraterno, portanto, não é um simples derivado do vínculo com os pais, mas tem vida própria. Contribui para a atmosfera de intimidade e manutenção da unidade familiar no sentido de perenidade dos vínculos. Intervém ativamente na transmissão do saber e da lei. Quando há afinidade, os irmãos podem amenizar a dureza das obrigações e os mais velhos podem direcionar os mais novos para o mundo. Se, porém, a rivalidade fraterna for exacerbada, esses afetos estruturantes vão ser reprimidos, cindidos ou se tornarem inalcançáveis. A convivência feliz entre os irmãos vai depender enormemente do legado parental, ou seja, do amor ao transicional, do respeito ao outro e da capacidade de aprender (Eiguer, 2001).

Considerações finais

Os estudos sobre a relação pais/filhos são em muito maior número do que os que enfocam a relação fraterna. Nestes, por sua vez, as situações de competição, ciúme, ódio e rivalidade são enfatizadas. A literatura a respeito da amizade e da solidariedade entre irmãos ainda é escassa. Ser irmão é ter a mesma genealogia, a mesma herança no sentido amplo, a mesma família, os mesmos pais e pertencer à mesma geração, com uma diferença de idade variável (nula no caso de gêmeos) e com cinquenta por cento de possibilidade de pertencer ao mesmo sexo.

A literatura especializada trata o nascimento do segundo filho, a chegada do irmão, como o surgimento de um estranho que invade, usurpa e transtorna a “harmonia familiar”. A *Bíblia*, primeiro livro impresso, transcrição de mitos e lendas orais, nos fornece inúmeros relatos que ilustram o antagonismo fraterno.

Os irmãos vão ser muito importantes uns para os outros na construção de suas personalidades. Através da percepção das diferenças e semelhanças, cada

um vai ser capaz de se perceber enquanto sujeito. A família provê a experiência básica de viver em grupo, e os irmãos, além de despertarem os sentimentos de ciúme e inveja, são também objeto de amor. Em alguns casos, principalmente se as figuras parentais são deficitárias em seus papéis, eles podem se constituir em importantes objetos de identificação. Em caso de falta dos pais, podem vir a se constituir ainda em uma rede de apoio uns para os outros. Podemos observar como isso funciona em casos de adoção, em que se dá preferência a que não se separem os irmãos a serem adotados. O vínculo fraterno vai-se formar na continuidade do tempo. A vida na fratria vai possibilitar ainda a cada um experimentar a socialização antes de vivenciá-la com o outro estranho, na pracinha, na creche ou na escola. A fratria vai precisar, porém, de regras, da lei, para evitar o livre arbítrio irresponsável e o domínio das pulsões.

Encontramos, com mais facilidade, tanto na clínica quanto na vida social, exemplos de competição, rivalidade e inimizade entre irmãos, do que exemplos de amizade e solidariedade. Assim, o companheirismo fraterno, quando ocorre, acaba por ser elogiado, indicando estar na direção contrária do que seria esperado. Muitas vezes, constatamos, ainda, que os valores da fraternidade são deslocados para os amigos, “os irmãos escolhidos”.

Abstract

Although siblings play an important role in a subject's constitution, it was only since the last decade that contemporary authors have become interested in studying the fraternal relationship. Most of the studies, however, focus on its competition and rivalry rather than on its positive aspects. In this article, based on the psychoanalytic approach, the classics — Freud, Klein, Adler — are reviewed, followed by contemporary authors, in a study of the dynamics of fraternal relationship, considering its features of competition and rivalry, as well as the ones of companionship and solidarity. The important role played by brotherhood in establishing the siblings' subjectivity is thus attested.

Key words: Sibling; Fraternal function, Brotherhood.

Referências

Adler, A. (1957). *A ciência da natureza humana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Benghozi, P. & Féres-Carneiro, T. (2001). Laço fraterno e continente fraterno como sustentação do laço genealógico. In: Féres-Carneiro, T. *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: Nau Editora, p. 112-118.

Bíblia (1962). *A Bíblia sagrada: contendo o velho e o novo testamento*. Tradução João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil.

Britto, N. (2002). *Rivalidade fraterna: o ódio e o ciúme entre irmãos*. São Paulo: Agora.

Carter, B. & McGoldrick, M. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Eiguer, A. (2001). Y si Narciso tuviera una hermana? Hermanos, psicoanálisis de las configuraciones vinculares. *Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, 24, 15-30.

Freud, S. (1993). Totem y tabú. *Obras completas*. v. XIII, p. 1-164. Buenos Aires: Amorrortu. (Texto original publicado em 1913).

Jaitin, R. (2001). Mi hermano y mi hermana: mis primeros juguetes. Hermanos, psicoanálisis de las configuraciones vinculares. *Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, 24, 31-50.

Kehl, M. R. (2000). Introdução. Existe a função fraterna? In: Kehl, M. R. *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Klein, M. (1974). *Inveja e gratidão: um estudo das fontes do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago.

Klein, M. (1981). *Contribuições à psicanálise*. São Paulo: Mestre Jou.

Klein, M. (1970). *Amor, ódio e reparação*. Rio de Janeiro: Imago.

Losso, R. (2001). *Psicoanálisis de la familia: recorridos teóricos-clínicos*. Buenos Aires: Lúmen.

Moguilanski, R.; Vorchheimer, M. (2001). La clínica de lo fraterno: una contribución desde una ampliación del psicoanálisis. Hermanos, psicoanálisis de las configuraciones vinculares. *Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de grupo*, 24, 113-156.

Roudinesco, E.; Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Ruffo, M. (2003). *Irmãos: como entender essa relação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.